

---

## Gênero e sexualidade na escola do campo: desafios e possibilidades da prática docente<sup>1</sup>

Luciane Olegario da Silva<sup>2</sup>

Sônia Fátima Schwendler<sup>3</sup>

### Resumo

O presente estudo aborda os temas gênero e sexualidade como dimensões da formação humana, no contexto escolar em um assentamento de reforma agrária. Tendo como base as percepções dos/as professores/as, da equipe pedagógica e direção da Escola Estadual do Campo José Martí, assim como das contribuições dos estudos de gênero e sexualidade na educação, examina como as questões de gênero e sexualidade são trabalhadas na especificidade da Educação do Campo. Apesar da quase ausência da formação de educadores/as, a pesquisa evidencia iniciativas para a superação de preconceitos e discriminações, dando visibilidade à diversidade de gênero e sexual e à igualdade de gênero, no espaço escolar, nas famílias e na comunidade.

*Palavras-chave:* Gênero; Sexualidade; Prática Docente; Formação de Professores.

---

### Género y sexualidad en la escuela del campo: desafíos y posibilidades de la práctica docente

### Resumen

El presente estudio aborda los temas de género y sexualidad como dimensiones de la formación humana, en el contexto escolar en un asentamiento de reforma agraria. Teniendo como base las percepciones de los/as profesores/as, del equipo pedagógico y dirección de la Escuela Estadual del Campo José Martí, así como de las contribuciones de los estudios de género y sexualidad en la educación, analiza cómo se trabajan las cuestiones de género y sexualidad en la especificidad de la Educación del Campo. A pesar de la casi ausencia de la formación de educadores/as, la investigación demuestra iniciativas para la superación de prejuicios y discriminaciones, dando visibilidad a la diversidad de género y sexual y a la igualdad de género, en el espacio escolar, en las familias y en la comunidad.

*Palabras clave:* Keywords: Género; Sexualidad; Práctica Docente; Formación de Profesores.

---

## Introdução

Este estudo aborda os desafios e possibilidades da prática docente em relação às temáticas de gênero e sexualidade no contexto da escola do campo, na concepção de uma educação emancipadora, a partir de pressupostos teóricos que dialogam com a dimensão da

---

<sup>1</sup> O artigo é parte integrante dos resultados de uma pesquisa de Mestrado em Educação, com financiamento da CAPES, como bolsa de mestrado da primeira autora.

<sup>2</sup> Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Jardim Alegre. [lucianeolegario@gmail.com](mailto:lucianeolegario@gmail.com).

<sup>3</sup> Universidade Federal do Paraná, Curitiba. [soniafs@ufpr.br](mailto:soniafs@ufpr.br).

formação humana omnilateral<sup>4</sup>. Na perspectiva da educação omnilateral, vislumbra-se a formação humana que busca considerar todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Além disso, envolvem também sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico (FRIGOTTO, 2012).

O referido trabalho foi desenvolvido na Escola Estadual do Campo José Martí, no Assentamento Oito de Abril, Jardim Alegre, no Paraná<sup>5</sup>. A instituição foi fundada em 2006 e atende aproximadamente 225 estudantes entre o Ensino Fundamental e Ensino Médio. É uma escola conquistada na luta pela terra e pela reforma agrária ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Seu projeto de educação está arraigado nas matrizes formativas<sup>6</sup> do Movimento<sup>7</sup> e da constituição da Educação do Campo, que nasce junto à luta pela escola nos primeiros acampamentos do MST. O Movimento tem como referência de educação a formação omnilateral. Nesse contexto, as possibilidades do desenvolvimento humano e da educação omnilateral pressupõem, segundo Frigotto (2012), um novo projeto de sociedade, que objetiva libertar o trabalho, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura e as relações humanas em seu conjunto dos grilhões da sociedade capitalista. Nesta perspectiva, uma educação emancipatória demanda libertação, humanização e conscientização. Ela só se efetiva na práxis que, de acordo com Freire (1987), é reflexão e ação do ser humano sobre o mundo com o objetivo de transformá-lo.

Nesta direção, a escola é um dos tempos e espaços da formação humana, sendo um lugar indispensável de educação para o povo (CALDART, 2004). O MST tem como propósito inserir a escola em sua própria organicidade. Isto demanda também a inclusão das questões de gênero e sexualidade, que começaram a estar mais visíveis neste espaço bem como no debate

---

<sup>4</sup> É um termo que vem do latim e significa na tradução literal ‘todos os lados ou dimensões’. Marx usava a expressão ‘desenvolvimento Omnilateral do ser humano’ para chamar atenção de que uma práxis educativa revolucionária deveria dar conta de reintegrar as diversas esferas da vida humana que o modo de produção capitalista tem primado por separar (MST, 2005).

<sup>5</sup> O assentamento Oito de Abril abrange um território de 14 mil hectares, tendo aproximadamente 750 famílias residindo no local. Destas, 555 são assentadas. A produção de renda predominante é a base da pecuária leiteira, produção de grãos e a alimentação para autossustento se dá através da agricultura familiar.

<sup>6</sup> Pedagogia da Luta Social; Organização coletiva; A Pedagogia da Terra; A Pedagogia da Cultura. Pedagogia da história. Para maiores informações ver Caldart (2004).

<sup>7</sup> Movimento com letra maiúscula refere-se ao MST.

na educação do Movimento, a partir a criação do setor de gênero, uma vez que essa questão está relacionada à organização do MST. Desse modo, Kolling, Vargas e Caldart (2012) afirmam que o Movimento foi tendo a convicção de que a escola deve ser tratada como lugar de formação humana, no sentido de que o projeto de escola vinculada ao Movimento não pode ser limitado somente às questões do ensino, mas sim, necessita estar evidenciada em toda as dimensões que compõem seu ambiente educativo. Conectada a esta reflexão, a escola tem necessidade de integrar a intencionalidade pedagógica voltada para a educação omnilateral, portanto precisa de um processo permanente de ação e reflexão.

Levando em conta esses elementos, o presente estudo indaga o lugar que as questões de gênero e sexualidade ocupam nesta formação humana. Neste sentido, a partir da percepção dos/as professores/as, da equipe pedagógica e direção da Escola Estadual do Campo José Martí– EECJM, buscou-se examinar como as questões de gênero e sexualidade são abordadas e trabalhadas no contexto da Educação do Campo.

Desse modo, à luz dos referenciais teóricos de Guacira Lopes Louro, da pedagogia crítica, entre outros e, especificamente, no contexto da escola do campo, este estudo: a) analisou o trabalho pedagógico em gênero e sexualidade enquanto dimensão da formação humana na Educação do Campo; b) desvendou questões relacionadas a gênero e sexualidade na dinâmica organizativa e pedagógica da escola do Assentamento Oito de Abril com base na percepção dos/as professores/as.

Na questão metodológica, utilizou-se a abordagem qualitativa, tendo o estudo de caso como foco da investigação. Trata-se de uma investigação empírica que, para Yin (2001, p.22), “investiga determinado fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Para tanto, uma das técnicas utilizadas foi a Observação Participante, que consiste no “contato direto do/da pesquisador/a com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (NETO, 2002, p.59).

Uma segunda técnica incorporada ao estudo foi a entrevista, na qual Neto (2002) admitem não significar uma conversa despretensiva e neutra, uma vez que se constitui como meio de coleta de dados relatados pelos atores, podendo ser de natureza individual e coletiva. Assim, adotou-se a entrevista individual, semiestruturada, em que os/as atores sociais falaram

livremente sobre o tema proposto em discussão. As entrevistas foram feitas com o corpo docente (professores/as, equipe pedagógica e direção<sup>8</sup>) da escola. Os dados coletados foram categorizados e analisados, tendo como referência os estudos de gênero e sexualidade no campo da educação, bem como os referenciais teóricos que embasam a Educação do Campo.

Para analisar como as questões de gênero e sexualidade são compreendidas e trabalhadas como uma dimensão da formação humana na escola do campo, abordaram-se: (1) aspectos históricos e conceituais de gênero e sexualidade na esfera educacional; (2) a configuração do gênero e da sexualidade na percepção dos/as professores/as; (3) os limites e possibilidades de construir este debate no espaço da escola, mediante as percepções dos professores/as, da equipe pedagógica e direção da Escola Estadual do Campo José Martí.

### **Gênero e sexualidade no contexto educacional: questões históricas e conceituais**

Os elementos referentes às temáticas de gênero e sexualidade sempre estiveram presentes na escola, mas não tinham visibilidade aos olhos de quem governava as instituições de ensino quando se referia a questões que não corroboravam determinada concepção organizacional, estrutural, social, política e educacional. Conforme César (2010), a sexualidade e o gênero na dimensão da educação brasileira tiveram as primeiras preocupações mais notórias sobre a educação do sexo de crianças e jovens no Brasil nos anos vinte e trinta do século XX. Nesse período, como aponta César (2009), a preocupação com a educação sexual ocorria por parte dos médicos/as, intelectuais e professores/as.

Gênero e sexualidade na escola, afinal, do que se trata nessa interpelação? Quais os significados das abordagens sobre estes temas no universo escolar? Quais filiações ou traços epistemológicos são utilizados numa abordagem dessa natureza? Por que tratar os temas gênero e sexualidade na instituição escolar? De certa maneira, uma parcela da sociedade brasileira reconhece o lugar estabelecido da sexualidade no interior da escola. Nos últimos vinte anos, após o surgimento da epidemia do HIV/AIDS e o conhecimento da gravidez de jovens em idade escolar, a sexualidade se consolidou como lugar de fala em

---

<sup>8</sup> Dos 21 profissionais da educação, 18 deles participaram das entrevistas. Elas ocorreram no espaço da escola e foram realizadas no período de outubro a dezembro de 2018.

torno à ideia de prevenção (CÉSAR, 2009, p.67).

As décadas de 1980 e 1990 foram períodos que marcaram o campo educacional com a forte epidemia da AIDS, motivo pelo qual houve a necessidade de trabalhar questões relativas à sexualidade nas escolas, porém ficava restrita à esfera da prevenção de doenças e no cuidado com a saúde. Naquela época foi realizado um projeto importante de educação e orientação sexual<sup>9</sup> (SOUZA, 2011). Mais adiante, na década de 1990, com as reformas educacionais, o governo da época construiu o documento chamado Parâmetros Curriculares Nacionais — PCNs e nele foram inseridas as questões sobre sexualidade e gênero, constando como orientação sexual para trabalhar como temas transversais na escola (CÉSAR, 2009).

Contudo, no que se refere aos PCNs, estudos realizados por pesquisadores/as demonstram análises que<sup>10</sup>, “Os PCNs não estão impregnados de uma perspectiva de gênero, a qual, a nosso ver deveria perpassar todas as áreas do conhecimento e não estar atrelada à Orientação Sexual” (VIANNA; UNBEHAUM, 2004, p.101). Embora os PCNs ainda tenham desafios para avançar na discussão de gênero e sexualidade em uma perspectiva mais abrangente e conceitual, é preciso considerar a importância que os documentos tiveram em determinado momento histórico, assim como as Leis de Diretrizes e Bases – LDB/1996 e o Plano Nacional de Educação – PNE.

Nesta perspectiva, é sabido que a sociedade brasileira vem sofrendo retrocessos em relação às discussões de gênero e sexualidade em razão da medida tomada contra tais temáticas nas escolas. Segundo César e Duarte (2017, p.151), a respeito desta discussão, observa-se “o desenrolar de uma luta de classe, raça, identidade de gênero, orientação sexual, escolaridade, geração, entre outras categorias sociais que se multiplicam rapidamente”. Destaca-se que enquanto se nega o debate das questões de gênero e sexualidade nas escolas,

---

<sup>9</sup> Ocasão em que Marta Suplicy foi convidada pelo Governo de Luiza Erundina, pela prefeitura de São Paulo e pelo então secretário de Educação Paulo Freire, para implementar o referido projeto. Em entrevista concedida à Rede Brasil Atual, Marta Suplicy falou que a iniciativa na época foi discutida com pais e equipes escolares, os quais aprovaram a implementação do projeto, havendo neste período uma significativa redução de gravidez na adolescência. Alguns livros escritos por Marta Suplicy foram destaque como: *Conversando sobre sexo*, *Sexualidade do Adolescente*, *Papai mamãe e eu* entre outros.

<sup>10</sup> Ver mais sobre análise dos PCNs em - VIANNA, Claudia Pereira, UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, v.34, n 121, p.77- 101, jan./abr. 2004.

no cotidiano permanece a vivência em situações de invisibilidade a atitudes de violências<sup>11</sup> envolvendo essas temáticas, que requerem, de modo emergente, a formação para com os/as estudantes, professores/as e todo o conjunto da comunidade escolar.

Vale ressaltar que há séculos a ideologia heteronormativa utiliza-se dos aspectos biológicos, religiosos e políticos a fim de impor normas e padrões de gênero para ser seguido por todos/as, no sentido de ser algo inquestionável. A heteronormatividade está direcionada para a perspectiva heterossexual a fim de que as concepções binárias prevaleçam como uma norma estabelecida. A “heterossexualidade é concebida como ‘natural’ e também como universal e normal” (LOURO, 2015, p.16). Dessa maneira, supõe-se que as pessoas tenham uma posição inata com seus desejos sexuais para alguém do sexo oposto. Nesse vórtice, Louro (2009, p.89) aponta:

Para garantir o privilégio da heterossexualidade – seu status de normalidade e, o que ainda é mais forte, seu caráter de naturalidade – são engendradas múltiplas estratégias nas mais distintas instâncias (na família, na escola, na igreja, na medicina, na mídia, na lei). Através de estratégias e táticas aparentes ou sutis reafirma-se o princípio de que os seres humanos nascem como macho ou fêmea e que seu sexo – definido sem hesitação em uma destas duas categorias – vai indicar um de dois gêneros possíveis – masculino ou feminino.

Neste aspecto, enfatiza-se que a heteronormatividade afirma a heterossexualidade como norma padrão a ser instituída na sociedade, nas leis, na linguagem. No entanto, esta norma é desafiada permanentemente pelos sujeitos que não se enquadram na própria norma. Para Louro (2009, p.91), a “heteronormatividade constituiu-se, portanto, num empreendimento cultural que, como qualquer outro, implica disputa política”.

A busca pela destruição também leva a afirmação dos padrões heteronormativos, como

---

<sup>11</sup> Dados da Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil mostra que 73% dos estudantes LGBT já foram vítimas de agressões verbais pela sua orientação sexual e 68% por sua identidade de gênero. O levantamento mostra também que 60% dos/as estudantes se sentiam inseguros no espaço escolar por conta da sua orientação sexual e 43% por sua identidade de gênero. A violência de gênero e de sexualidade sobre os/as estudantes e sobre a população LGBT cresce a cada dia no Brasil, gerando evasão escolar, ou em muitos casos, o preconceito e a discriminação têm levado os/as estudantes a cometerem suicídio. A violência contra LGBTs e mulheres, como a questão do feminicídio, estupro, também tem se intensificado fora do espaço escolar. A não problematização destas questões na escola reforça atitudes e comportamentos que desencadeiam atitudes de violências.

fica evidente diante de campanhas e propostas como as do Movimento Escola Sem Partido. A proposta foi pautada na Câmara dos Deputados em 2014, a partir do Projeto de Lei nº 7.180, de autoria do Deputado Erivelton Santana. Por meio de modificação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o deputado pretendia “incluir entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno/a, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa” (BRASIL, 2014, p.02). Em análise por uma Comissão Especial da Câmara, o referido Projeto foi pautado por último para a análise de seu substitutivo (Projeto de Lei 258/2019), pelo relator da matéria, deputado Flavinho (PSC-SP) em 13 de novembro de 2018. Destaca-se que esse Projeto de Lei 258/2019, apensado ao Projeto 7.180:

Dispõe sobre o direito dos alunos/as de aprender, sem ideologia partidária; sobre a conduta dos/as) professores/as na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o respeito às convicções do aluno/a, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escolar (BRASIL, 2019, p.01).

No Senado, o Senador Magno Malta apresentou um Projeto de Lei – PL nº 193 de 2016 que também tinha como proposta incluir nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido", com tais princípios para a educação<sup>12</sup>. Esse PL supracitado propunha em seu art. 5º um manual de comportamento do professor/a<sup>13</sup>. É importante ressaltar que o Projeto foi arquivado em dezembro de 2018, porém,

---

<sup>12</sup> Art. 2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios:

I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico; III - liberdade de aprender e de ensinar; IV - liberdade de consciência e de crença; V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado; VI - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença; VII - direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções.

<sup>13</sup> Art. 5º. No exercício de suas funções, o professor: I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias; II - não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas; III - não fará propaganda político-partidária em sala de

a Deputada Bia Kicis, estreante do PSL (DF), protocolou no dia 04 de fevereiro de 2019<sup>14</sup>, na Câmara dos Deputados, um novo Projeto de Lei atualizando o PL anterior a fim de tentar instituir a chamada Escola Sem Partido, que visa combater a suposta “ideologia de gênero”.

Estudos realizados sobre o tema “ideologia de gênero” salientam que, de alguma maneira, o que é fundamental é estarmos atentos ao que está sendo dito em torno desse slogan, e desvendar os discursos, com base na família e na moral, que podem estar promovendo uma visão conservadora sobre gênero e sexualidade no âmbito educacional (SILVA, 2017).

A escola tem assumido uma concepção binária, fortemente naturalizada e imposta em seu cotidiano, prevalecendo a heteronormatividade como a norma a ser seguida. Para Louro (2015), na escola é estabelecida uma pedagogia da sexualidade que legitima determinadas identidades e práticas sexuais e reprime outras. No entanto, a autora destaca que:

Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos. Na constituição de mulheres e homens, ainda que nem sempre de forma evidente e consciente, há um investimento continuado e produtivo dos próprios sujeitos na determinação de suas formas de ser ou ‘jeitos de viver’ sua sexualidade e seu gênero (LOURO, 2015, p.25).

De acordo com Junqueira (2009), a escola brasileira concebeu para si um conjunto de pressupostos normativos de valores e crenças que visam manter o controle dessa estrutura que desconsidera o “outro”, que não se encaixa dentro do padrão heteronormativo. Esses pressupostos normativos “centrados no adulto masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente ‘normal’” (JUNQUEIRA, 2009, p.14) incidem sobre os sujeitos, em que aqueles que não atendem a esses requisitos são categorizados como anormais”. A escola como

---

aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; IV - ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito; V - respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções.

<sup>14</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 246/2019*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=219075> 2. Acesso em: 11 fev. 2019.



instituição social também é repleta de questões em seu cotidiano no que se refere a gênero e sexualidade. Conforme Louro (1997, p.57), “A escola entende disso. Na verdade, ela produz isso”. Ou seja, “Aqueles e aquelas que se atrevem a expressar de forma mais evidente sua sexualidade são alvos imediatos de redobrada vigilância” (LOURO, 2015, p.26). Partindo deste olhar, é uma instituição de ensino que deixa marcas nos sujeitos que a frequentam.

Conforme Louro (2015), os sujeitos ficam marcados como figuras que se desviam daquilo que a escola tem como regra por adotarem atitudes ou comportamentos que não corroboram a concepção de educação que a escola trabalha. Nesse horizonte, a instituição de ensino se caracteriza como normativa, baseada em normas que incidem na formação dos sujeitos que a frequentam, escolarizando corpos e mentes como lhe convém. “Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui” (LOURO, 1997, p.58).

O ambiente escolar é um espaço permeado de elementos constitutivos de poder. Nessa direção, “a escola atua de forma significativa na produção de gênero e, para isso, ela busca disciplinar os corpos desses/as alunos/as, a fim de torná-los/as cada vez mais dóceis e úteis” (BARROS; RIBEIRO, 2011, p.44). Por esse ângulo, a escola como instituição social reflete nos corpos que ela educa as imposições que a sociedade almeja estabelecer, ou seja, aquilo que deve ser seguido como sendo perfeito, como normal. Em vista disso, usa mecanismos para construir esse processo fazendo com que as pessoas encarem isso de uma forma natural. Desse modo, Louro (2015) salienta que os corpos são significados pela cultura e permanentemente alterados por ela.

Diante desse contexto, a temática de gênero e sexualidade precisa ser aprofundada e compreendida com vistas a desconstruir a visão unilateral sobre esses temas, que não reconhece e não trabalha todas as dimensões da formação humana.

### **Gênero e sexualidade na perspectiva dos profissionais da Escola do Campo José Martí**

A partir dos dados coletados, foi possível configurar duas dimensões sobre a categoria gênero que demonstram as percepções dos/as professores/as sobre essas questões, sendo elas:

1ª) Concepção binária e patriarcal e 2ª Diversidade de gênero. Vale frisar que o primeiro aspecto corresponde à fala da maioria dos/as professores/as e o segundo aspecto a uma minoria que compreende que existe o feminino e o masculino, mas que, além disso, existem outras formas de gênero, de as pessoas se identificarem de modo diferente. Consequentemente, ao tratar disso, o fator predominante nas falas foi a questão do preconceito contra as mulheres (machismo), que está relacionada ao primeiro aspecto e, no que se refere ao segundo elemento, é correspondente ao preconceito (homofobia) contra LGBT, sobre a diversidade de gênero e orientação sexual.

O impacto geracional também se evidencia no estudo. Por exemplo, a questão do preconceito contra as mulheres e contra os/as LGBTs é visto pelos/as professores/as como algo mais presente no assentamento e na sociedade. Enquanto que na EECJM aparece de maneira menos visível. *“Na escola os estudantes não demonstram tanto assim, no dia a dia, parece que todo mundo tem um bom convívio, as meninas, os meninos”* (ELDILVANE, pedagogo, dezembro de 2018). Isso pode ser atribuído, em parte, ao trabalho formativo que o MST vem realizando. A partir do protagonismo das mulheres, incluindo as jovens, o MST busca promover o debate das desigualdades de gênero com intuito de estimular as novas gerações, a juventude, para avançar e contribuir na construção de um território livre do patriarcado (SCHWENDLER; VIEIRA; AMARAL, 2018).

No âmbito da sexualidade, as temáticas em geral são relacionadas a duas dimensões: 1ª) A sexualidade “compreendida” e trabalhada como biologização e reprodução humana – isso ficou bastante visível para os/as professores/as que trabalham com a disciplina de ciências e biologia. Aqui há uma ressalva porque observou-se que todos/as os/as docentes também compreendem a sexualidade com o que chamamos de 2ª dimensão: A sexualidade para além do viés biológico, numa dimensão mais ampla, como afirma Zanatta (2013, p.75), “A pessoa é entendida como um ser em construção, reconhecida em suas dimensões biológica, psicossocial e cultural”. Ou seja, é necessário considerar todas as dimensões da formação humana, sendo a sexualidade uma dimensão que não deixa de ser trabalhada nesta perspectiva. A sexualidade se evidencia no meio social mediante a interação das pessoas com o grupo, com questões afetivas dessas relações. É relevante que esses elementos estejam presentes nos debates sobre a

sexualidade (ZANATTA et al., 2016).

Do mesmo modo, o pesquisador acima citado afirma que “se essas questões não estiverem presentes nos diálogos sobre a sexualidade, os indivíduos veem pouca relação com a própria vida, dificultando a apropriação de conhecimentos e habilidades sobre o tema”. (ZANATTA et al., 2016, p.451).

Mesmo tendo a compreensão de que sexualidade não se resume somente à esfera da biologização e reprodução, infelizmente, ao discutir em sala de aula, ela se restringe aos elementos biológicos e reprodutivos. Logo, remete-se a seguinte indagação: A falta de formação e compreensão poderia ser vista como motivo para não se trabalhar gênero e sexualidade em sala de aula numa perspectiva mais ampla?

Na sequência, o quadro 1 indica elementos que categorizam a compreensão dos/as professores/as sobre a Biologização e Diversidade Sexual.

Quadro 1- Dimensões da sexualidade para os/as professores/as.

<b>Biologização</b>	<b>Diversidade Sexual</b>
Reprodução	Prazer
Ato sexual	Atração
Gravidez na adolescência	Corpo
Namoro precoce	Identidade de gênero
Sexo	Mulher/ Homem
Feminino /masculino	Amor
Corpo	Opção sexual
Prevenção	Orientação sexual
	Escolha
	Afetividade

Fonte: Arquivos da pesquisa de campo (2018).

Arelado a essas dimensões está a questão da violência, que pode ser desmembrada em vários fatores, conforme apareceu em várias falas dos/as professores/as como: assédio, pedofilia, poder, abuso sexual, estupro, medo, tabu, preconceito (machismo, homofobia). Incluso a isso, também há necessidade de trabalhar a sexualidade para compreender e combater tais tipos de violência.

Referente à sexualidade, é possível perceber que existem lacunas entre uma dimensão e outra para trabalhar na escola. Diga-se a sexualidade em todos os seus aspectos e não somente

em um ou outro. Alguns/as professores/as têm a compreensão disso como menciona uma das entrevistadas.

Quando você vê assim as pessoas mais parece que é mais para a reprodução mesmo, mas a escola ainda, infelizmente, ela trabalha mais muito superficial a situação. Deveria ir além. A sexualidade como ato da pessoa se conhecer, saber o que é bom, saber que tem que ter alguns limites também, ter alguns cuidados, mas ainda ela é muito pouco trabalhada e quando é trabalhada é mais ali essa questão de reprodução mesmo. Pra que ela serve? Serve pra reproduzir. Nunca se pega essa questão do amor. Interessante porque isso não se trabalha. Então, às vezes, têm as pessoas que elas sentem atração, mas elas não sabem como lidar com isso. Às vezes está com uma pessoa porque o pai e a mãe querem. Então esse tipo de coisa não é trabalhado mesmo (ROSIMEIRE, professora, dezembro de 2018).

Percebe-se que a fala da professora está articulada à questão do corpo, suas sensações, desejos, sentimentos, prazer, saúde (EGYPTO, 2009). A sexualidade vislumbra a importância de se conhecer e isso leva a compreender que conhecer o próprio corpo e tudo que o envolve é conhecer a sexualidade em outras dimensões, abarcando a diversidade sexual por exemplo.

Seria bom a gente ter umas palestras pra gente saber lidar, pra conversar. Mas eles ficam atentos querendo saber ali as coisas, apesar que tem uns que já sabem bastante, mas só que eles têm vontade de saber. Trabalhei bastante, passei vídeo. Só que a gente tem preocupação do que passar, como passar. Tem que saber como falar, porque as vezes, ta falando lá, ta aguçando eles mais ainda. Sexualidade não é só o ato sexual, é bem abrangente quando fala de sexualidade (CIMARA, professora, novembro de 2018).

No excerto acima, compreende-se que há sim uma concepção de que a sexualidade vai além do viés biológico da reprodução, como a professora destaca uma insegurança. Nesse momento, aparece a falta de preparo profissional de todos/as os/as professores/as para trabalhar a temática de maneira mais abrangente. Vale ressaltar que não se nega trabalhar a reprodução humana tal como foi colocado, mas ampliar o conhecimento acerca do tema que envolve a sexualidade em várias dimensões, uma vez que a reprodução faz parte da sexualidade, sem dúvida, precisa ser trabalhada e compreendida, porém não somente como reprodutora e sim com tudo que envolve esse processo.

Dessa maneira, “se assumirmos o gênero como categoria de análise das ciências humanas será possível formular novas epistemologias da sexualidade na escola” (CÉSAR, 2009, p.48). E assim não reiterar normas heteronormativas que venham ao encontro do governo dos corpos e do desejo no contexto educacional, segundo o que a sociedade conservadora defende no que concerne ao gênero e sexualidade (CÉSAR; DUARTE, 2017). Vale enfatizar que é bem atual este cenário conservador no Brasil: “Os movimentos conservadores do presente colocam o corpo e a sexualidade em cena de modo extremamente conservador, combatendo todas as interpretações sociológicas, antropológicas e filosóficas do corpo, do sexo e do gênero” (CÉSAR; DUARTE, 2017, p.144).

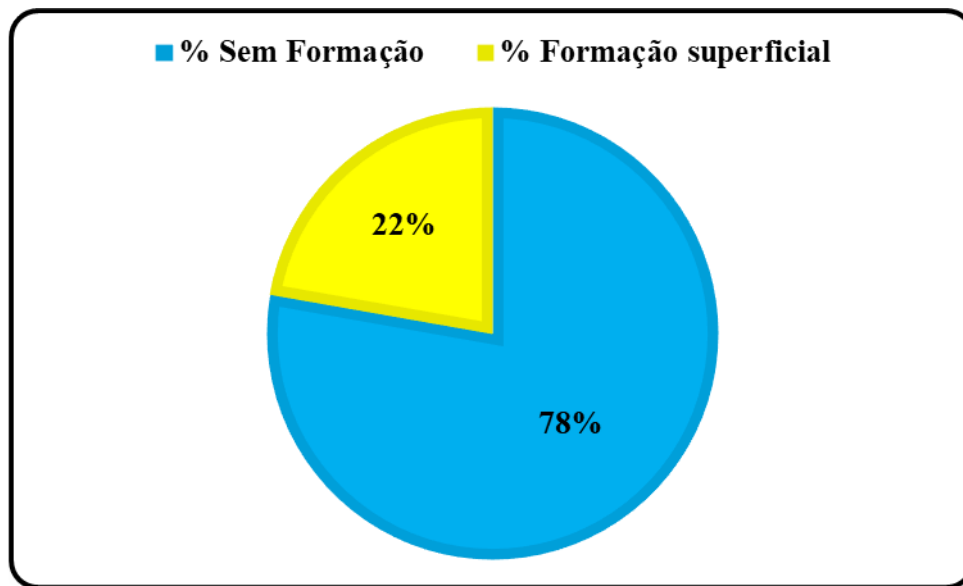
Desse modo, ainda que se esteja diante de tempos turbulentos na atual conjuntura do País, em que esses temas estão cada vez mais sendo encurralados a fim de reduzir ao máximo sua abordagem nas escolas, faz-se necessário considerar as compreensões sobre o assunto e analisá-las no âmbito escolar.

### **Desafios e possibilidades no âmbito da prática docente: interface com gênero e sexualidade**

Um dos desafios evidenciados pelo estudo revela, na dimensão da prática educativa, a ausência da formação didático e pedagógica com ênfase nas temáticas de gênero e sexualidade. O despreparo profissional do corpo docente demonstra uma porcentagem bem inferior de profissionais da educação que participaram de algum processo formativo com base nas referidas temáticas em questão.

O gráfico 1 configura de maneira ilustrada a ausência de formação desses profissionais no que tange tais temáticas.

Gráfico 1 - Formação em sexualidade e gênero



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A maioria dos/as professores/as alegou que não teve ‘nenhuma orientação em sua formação profissional de como trabalhar ou como lidar com situações que envolvem gênero e sexualidade em sala de aula e na escola, conforme revela o gráfico 1. Isso também se confirmou por meio do relato dos/as professores/as.

Eu me sinto totalmente assim despreparada. Eu acabo que eu nem trabalho porque eu não sei como abordar esse tema (BRUNA, professora, dezembro de 2018).

Sinto um pouco desta falta, até quando você me falou da pesquisa eu fiquei pensando: nossa, eu não tenho muito aprofundamento sobre esses temas (KAROLINE, professora, novembro de 2018).

Até a gente deixa de trabalhar muitas vezes, por não ter o conhecimento correto, daí pra não acabar fazendo algo que não deveria a gente acaba muitas vezes se omitindo algumas vezes (DANILO, professor, dezembro de 2018).

O resultado disso é medo e insegurança de trabalhar com os temas por falta de preparo, como também apreensão diante da conjuntura política do país no que tange a esses temas polêmicos. O que os/as professores/as mais temem é a reação dos pais e mães, como a família iria interpretar essa questão de trabalhar a diversidade sexual e gênero. É importante dizer que na EECJM a questão da diversidade de gênero e orientação sexual é bastante visível aos olhos

de todos/as. Existem casos de estudantes com identidade de gênero distinta do sexo biológico e de orientação sexual distinta da heterossexualidade. Os/as professores/as sabem da importância de fazer essas abordagens nas aulas, mas demonstram muita insegurança.

Teve textos que falavam sobre os gêneros e eu até cheguei a preparar aula no 3º ano do Ensino Médio. Cheguei a preparar. Olhei e pensei: eu vou dar essa aula, mas pela situação que tem, eu pulei conteúdo eu passei pra frente no livro. Por isso mesmo, por não saber como trabalhar. Eu falei: vai que eu fale, trabalhe alguma coisa que acabe magoando de certa forma a pessoa que não é do mesmo gênero, entendeu? Assim então por medo de não sabe trabalhar eu pulei essa página e eles sabem disso, 'risos' (KELY, professora, novembro de 2018).

Mesmo assim os/as participantes compreendem a importância e a necessidade de a escola trabalhar essa questão, pois se deparam frequentemente com questões em sala de aula e fora dela e não sabem o que fazer, não sabem como agir diante de tal situação, em que os/as estudantes começam a debater ou que surgem atitudes preconceituosas. Constatou-se, desse modo, que todos/as os professores/as compreendem que é fundamental que estes temas sejam trabalhados na escola.

Entende-se também a necessidade de promover a formação para desenvolver um planejamento articulado em sua prática educativa com esses temas. "Há muita necessidade de formação, um material pra gente lê pra gente ta se inteirando das coisas, eu precisaria de uma formação" (DANIELA, professora, novembro de 2018). Em geral, as falas dos/as professores foram na mesma perspectiva, "Deveria ser ofertado um curso mais didático, mais prático, assim para como a gente trabalhar esses conteúdos em sala" (DANILO, Professor, dezembro de 2018).

Diante das necessidades postas e reiteradas nas falas dos/as professores/as e de todas as outras que não estão expressas aqui, mas que ficaram evidentes durante a pesquisa de campo, é nítida a demanda da escola de aprofundar o trabalho com essas temáticas, como a receptividade que os/as profissionais da educação demonstraram ter para aprender e trabalhar sobre esses conteúdos. De certa forma, a escola aponta para isso e os/as profissionais

destacaram sugestões e possibilidades para trabalhar a formação em gênero e sexualidade<sup>15</sup>.

Ademais, as angústias, anseios e desejos de saber mais sobre esses temas colocam em xeque a própria formação profissional que tiveram e as contradições que enfrentam no cotidiano da escola, na família e na vida. Esse cenário vislumbra uma importante possibilidade de qualificar a prática docente na escola incorporando os temas de gênero e sexualidade. Vale ressaltar que é preciso considerar proposições também no sentido da participação dos/as professores/as no processo de planejamento como mencionado pela participante: “Eu acho que qualquer formação seria interessante. Construir junto com os professores” (PROFESSORA de Letras do Ensino Fundamental, novembro de 2018).

A questão colocada pela professora aponta para a necessidade de construir coletivamente processos de planejamento, de diálogos, de debates sobre as contradições no âmbito das temáticas, de fazer e se sentir parte do processo, o que de certa forma vem ao encontro da proposta de educação do Movimento.

### Considerações finais

Com esse estudo, buscou-se examinar de que modo as questões de gênero e sexualidade são compreendidas e trabalhadas como uma dimensão da formação humana na Escola Estadual do Campo José Martí do Assentamento Oito de Abril. Procurou-se expor alguns aspectos da educação para o MST, visto que o campo de estudo dessa pesquisa faz parte do Movimento. É importante frisar essa questão porque a proposta de educação da EECJM está imbricada na concepção de educação e de projeto de sociedade que o MST defende, em que a formação humana é um dos fatores fundamentais na luta em defesa da vida e dos direitos humanos para todos os sujeitos.

Dito isso, discorreu-se no diálogo e discussões com teorias que fundamentam as

---

<sup>15</sup> **Formação** (Palestras, seminários, cursos, oficinas didáticas). **Temas** (respeito, gênero, igualdade, desigualdade, relações sociais, identidade de gênero. Sexualidade, diversidade, identidade, orientação sexual x opção sexual, sexo, afetividade. Saúde, prevenção, gravidez. Violência: física, psicológica, sexual. Adolescência, questões emocionais, sentimentos, automutilação. **Materiais de apoio** (Livros, cartilhas, jornais, revistas, vídeos, instrumentos didáticos, pedagógicos. Documentos da EECJM: PPP e Regimento Escolar. Documentos: Leis e diretrizes que respaldam e orientam o trabalho com esses temas. **Público** (Professores, equipe pedagógica, direção, estudantes e as famílias).



questões que envolvem gênero e sexualidade no intuito de compreender e aprofundar esses temas na dimensão educacional. Nesse horizonte, foi possível constatar como a educação ao longo da história e, em específico, na figura da escola, foi caracterizada como um espaço normativo, padronizado, heteronormativo e enraizado, com traços patriarcais e excludentes que incidem na formação dos sujeitos.

Desse modo, na perspectiva de direitos, igualdade, respeito entre outras situações, gênero e sexualidade sempre foram invisibilizados no âmbito escolar, predominando um cenário de preconceitos e discriminações. Assim, produziram-se poucos espaços para compreender a sexualidade para além do viés biológico e reprodutor e o gênero para além da concepção binária, a não ser por meio da resistência e do acesso a um conhecimento que permitiu adentrar nos espaços da prática e do discurso escolar.

No que tange à compreensão sobre gênero e sexualidade, a partir das percepções dos/as profissionais da educação, constatou-se que existe a necessidade de aprofundar conceitos na dimensão das duas categorias, uma vez que sobre gênero tem-se um entendimento ligado à concepção binária ao sistema patriarcal, porém predomina fortemente a compreensão de que gênero não se resume somente a isso. Ele é visto como algo que desencadeia muitos aspectos que incidem na formação das pessoas. Relacionado a isso, estão os papéis tradicionais de gênero e a diversidade de gênero, fatores que mais se fizeram presente.

Referente à sexualidade, ainda é uma temática vista como um tabu, com receio de ser conversado. Por outro lado, por parte dos/as professores/as, ficou evidente que existe interesse deles/as de adquirir mais conhecimento sobre tais questões, para que tenham mais subsídios e qualifiquem a prática docente, a fim de terem mais domínio sobre os conteúdos que envolvem gênero e sexualidade, por mais que seja um tema que ainda causa estranhamento em alguns/as. A compreensão que se revelou sobre a sexualidade está voltada para a dimensão da biologização/reprodução. Contudo, a sexualidade também é vista na perspectiva da diversidade sexual.

Diante dessa pesquisa ficou constatado que é imprescindível conhecer para compreender o que significam essas dimensões na vida das pessoas. Desse modo, a EECJM

aponta iniciativas para a superação de preconceitos e discriminações, bem como para tornar cada vez mais presente a visibilidade da diversidade de gênero e sexual e da igualdade de gênero, tanto no espaço da escola, como nas famílias e na comunidade, porque essas dimensões têm demonstrado avanços na superação de desigualdades quando vivenciadas e trabalhadas.

Mesmo enfrentando desafios para superar algumas lacunas sobre as temáticas abordadas nesse estudo, a escola do campo revela-se como um grande diferencial na perspectiva da formação humana, por ser uma escola vinculada e enraizada na luta pela terra e pelo direito à educação. Seu processo histórico reafirma o comprometimento com a emancipação do ser humano em prol de uma educação que contribua para a formação da consciência, para uma vida mais digna para todos/as os/as trabalhadores/as. Uma escola que tem sede de conhecimento, de justiça social, de materialização de um projeto amplo de formação humana, que contemple a todos/as os/as envolvidos/as no seu espaço escolar e também fora dele. Pela própria história, é uma escola que faz com que todos/as se sintam acolhidos/as e valorizados/as. Isso é cultivado permanentemente, ainda que haja desafios para avançar no aspecto político-pedagógico-organizativo e formativo.

Ressalta-se que ainda há muito para avançar no campo da pesquisa, do trabalho pedagógico e da luta concreta, já que se vive em uma sociedade patriarcal e excludente e, atualmente, expressa-se por meio do ódio e da intolerância com aqueles/as que se atrevem a lutar por liberdade. Além disso, as temáticas de gênero e sexualidade acabam sendo censuradas no trabalho pedagógico escolar. Nesse sentido, essas considerações julgam-se provisórias, sem finalização, compreendendo que essa discussão sobre as dimensões da formação humana carece de maiores reflexões e aprofundamentos no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade pela dimensão ampla que ambos os temas abordam.

### Referências

BARROS, S. C.; RIBEIRO, P. R. C. Generificação do espaço escolar: analisando narrativas das equipes pedagógicas e diretivas. In: SILVA, F. F.; MELLO, E. M. B. (org.). *Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação*. Uruguaiana: UNIPAMPA, 2011, p.43-58.

BRASIL. *Projeto de Lei n.º 7.180, de 2014*. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=EAB5FA3902BDA7889821108EBE85B57A.proposicoesWeb2?codteor=1232338&filenome=Avulso+-PL+7180/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=EAB5FA3902BDA7889821108EBE85B57A.proposicoesWeb2?codteor=1232338&filenome=Avulso+-PL+7180/2014). Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 193, de 2016*. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido". Brasília, Senado Federal, 2016.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 258/2019*. Apensado ao Projeto de Lei 7.180/2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2190772>. Acesso em: 11 mar. 2019.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CÉSAR, M. R. A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "epistemologia". *Educar em Revista*, Curitiba, n.35, p.37-51, 2009.

CÉSAR, M. R. A. Sexualidade e gênero: ensaios educacionais contemporâneos. *Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.* Juiz de Fora, v.12, n.2, p.67-73, jul./dez. 2010.

CÉSAR, M. R. A. DUARTE, A. M. Governo e pânico moral: corpo, gênero. *Educar em Revista*, Curitiba, n.66, p.141-155, out./dez. 2017.

EGYPTO, A. C. Orientação sexual nas escolas públicas de São Paulo. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009, p.341-354.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. Educação omnilateral. In: CALDART, R. S. et al. (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.265-272.

JUNQUEIRA, R. D. Introdução: homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009, p.13-51. (Coleção Educação para Todos, vol. 32).

KOLLING, E. J.; VARGAS, M. C.; CALDART, R. S. MST e educação. In: CALDART, R. S. et al. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.502-509.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis:

Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p.85-93, 2009.

LOURO, G. L. *O corpo educado pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p.51-66.

SILVA, Amanda. *Da "ideologia de gênero" à família heteronormativa: uma análise do plano municipal de educação de Curitiba*. 2017. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2017.

SOUZA, J. Marta Suplicy defende kit antipreconceito para escolas. *Rede Brasil Atual*, 2011  
Disponível em:  
<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2011/06/marta-suplicydefende-um-kit-contra-toda-a-forma-de-preconceito>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SCHWENDLER, S. F.; VIEIRA, C. R.; AMARAL, M. R. Relações de trabalho, gênero e geração das jovens camponesas em assentamentos de reforma agrária. *Mediações*, Londrina, v.23, n.3, p.248-275, dez. 2018.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, v.34, n.121, p.77- 101, jan.-abr. 2004.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANATTA, L. F. *A sexualidade de adolescentes em Escola Itinerante do MST no norte do Paraná*. 2013. 331f. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência) – Universidade Federal de São Paulo, 2013.

ZANATTA, L. F.; MORAES, S. P.; FREITAS, M. J. D.; BRÊTRAS, J. R. S. A educação em sexualidade na escola itinerante do MST: percepções dos (as) educandos (as). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.42, n.2, p.443-458, abr./jun. 2016.

Recebido em novembro 2021.

Aprovado em abril 2022.